EDUCAÇÃO, PATRIMÓNIO E AUTARQUIAS O MUSEU, COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO: EXPERIÊNCIA NO SEIXAL

GRAÇA FILIPE*

Introdução

Face à extensão da problemática — Educação, Património e Autarquias — que nos foi sugerida como campo de reflexão pelos organizadores do I Encontro de Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal, considerámos necessário restringi-la a uma vertente específica de abordagem e, achando pertinente privilegiar a acção dos museus, entendemos sublinhar o papel do Museu como instrumento de comunicação. É o que tentamos fazer nestas breves páginas, tomando por base alguns aspectos da experiência em desenvolvimento no Seixal.

A nossa comunicação decorre assim da perspectiva e da reflexão associadas à iniciativa patrimonial e museológica da Autarquia seixalense que tutela o Ecomuseu Municipal. Neste se projecta um esforço conjunto de investigadores e de técnicos, de autarcas e de sectores representativos da comunidade, cuja vontade tem sido continuamente expressa em participações e apoios à política cultural, de património e de educação, que dão lugar à transmissão/renovação de memórias, associadas à construção de identidades culturais urbanas.

A actividade do Ecomuseu Municipal do Seixal assenta numa política cultural que articula, entre outras vertentes, a educação, a valorização de património e a constituição e transmissão de acervos museológicos,

* Museóloga; Chefe de Divisão de Património Histórico e Natural/
Ecomuseu Municipal do Seixal

como recursos de desenvolvimento sustentado de um território delimitado pelas competências municipais, num quadro complexo de referências regionais/metropolitanas. Globalmente, aquela actividade serve-nos para exemplificar um percurso de aproveitamento dos patrimónios e das memórias colectivas, tornados objecto de comunicação entre agentes e parceiros com um propósito comum de responder às necessidades dum meio social em mudança.

Vertente patrimonial e museológica da política cultural autárquica

Embora definida, à partida, pelas competências legalmente atribuídas aos órgãos municipais, a vertente patrimonial e museológica da política cultural da Câmara Municipal do Seixal coloca-nos perante problemas, de ordem não só conceptual, como também funcional, de facto incontornáveis, sobretudo em presença duma entidade como o Ecomuseu, de referência territorial. Conceitos como *território* e *região* exigem ponderação e flexibilidade na definição de âmbitos de intervenção, articulando-se com outros conceitos como *comunidade(s)*, *população* e *participação*.

A definição de ecomuseu reporta-o a um território, sua componente dinâmica e ao mesmo tempo condicionante. Antes mesmo de se designar como Ecomuseu, o Museu Municipal do Seixal tomou por território de referência o definido pelos limites do concelho/município, coincidente com a área de incidência administrativa do poder de tutela. Esse território do Ecomuseu apresentou-se assim, por um lado, com uma componente estável: a sua área/superfície. Apresentou-se, por outro lado, com um dinamismo acentuado, devido a aspectos demográficos, económicos e urbanísticos específicos, que adiante referiremos e que tornaram extremamente difícil a estabilização, em diversos campos, da sua organização funcional e uma definição estratégica de objectivos adequados a esse mesmo território e à sua população.

O território definiu-se então como uma zona de competências em função duma superfície e dos seus limites, sem que se esquecessem as origens sociais e culturais da territorialidade e a relação com o enraizamento e a identidade dos grupos humanos.

É imprescindível distinguir duas vertentes da relação construída pelo Ecomuseu e pela comunidade com o respectivo território: uma, de carácter administrativo; a outra, multifacetada, projectada a partir das investigações e pesquisas temáticas realizadas, disciplinar e interdisciplinarmente. É da

fusão de ambas que emerge o contributo e o papel do museu no ordenamento e na transformação do território ou a sua função pedagógica, de comunicação, de instrumento de interpretação.

Intrínseca àquela dupla vertente — administrativa e temática/científica — a territorialidade do Ecomuseu deve ser avaliada tanto na perspectiva da sua intervenção directa no território, relativamente ao património e à memória colectiva, como do trabalho de museu no cumprimento das funções museais essenciais, com incidência na constituição e na gestão do seu acervo museológico, frequentemente reportado a um contexto pré-museológico, de carácter regional.

A noção de região é, como sabemos, imprecisa e coloca questões epistemológicas e sociais, variando consoante a disciplina ou domínio com que se queira relacionar. Reportada ao Ecomuseu, deverá ser vista na perspectiva dos seus campos temáticos de referência, globalmente ou em áreas específicas, nomeadamente ao nível das funções de investigação e de preservação, produtoras de conhecimento e de dados sobre os quais se constróem aquela mesma definição ou as diferentes definições, consoante o âmbito epistemológico ou a disciplina de base do conhecimento e da comunicação a estabelecer. Parece-nos então necessário adoptar, segundo cada situação, uma adjectivação adequada, como, por exemplo, *região natural*, ou *região histórica*, ou *região económica*.

Actualmente representado, na sua diversidade, através dos diferentes campos temáticos dos vários núcleos museológicos que compõem o Ecomuseu do Seixal, o seu território integra-se, segundo a perspectiva de interpretação, ora na região histórico-geográfica da antiga Almada e seu *termo*, ou na *Outra Banda* (enquanto margem esquerda do estuário do Tejo/ banda sul de Lisboa), ora na região administrativa-política (e também histórica e socio-económica) da Área Metropolitana de Lisboa.

Vista a questão a montante e a jusante do processo museal, tanto na perspectiva do museu comunitário/de território, como na perspectiva da comunicação/interacção museu-públicos, a delimitação de uma pretensa região de inserção ou de alcance da intervenção do Ecomuseu Municipal do Seixal é difícil, e tanto mais complexa, quanto se exija o aprofundamento de nível de precisão do campo temático e do estudo e investigação de patrimónios e de acervos incorporados. A título exemplificativo, sublinhamos que ao Ecomuseu se reconhece um certo grau de representatividade, no espectro cultural regional, quanto se trata da cultura flúvio-marítima e das técnicas tradicionais de construção naval, um outro grau, quando se aborda o período da romanidade, ou ainda outro grau de representatividade, também diferente,

quando se trata da industrialização, nomeadamente a partir da incorporação de um vasto património da empresa corticeira *Mundet* (que veio simultaneamente romper o âmbito territorial, nos planos temático e de proveniência, do acervo museológico). E outros exemplos se poderiam aqui enumerar e analisar em detalhe, desde logo através do caso do Moinho de Maré de Corroios, recuperado e conservado em funcionamento, enquanto testemunho de elevado significado, no quadro de uma identidade regional alargada (estuário do Tejo).

Ligada tanto à acção da natureza como à acção do homem, na história, no tempo, a região tem tudo a ver com o movimento recíproco e a capacidade de adaptação da população, de cada comunidade, aos lugares e aos seus recursos. A região é necessariamente o resultado de um sistema de relações, qualquer que seja o quadro social em que se situe. O que nos parece tornar pertinente a ideia de uma região funcional, no campo patrimonial e, particularmente, no campo museológico, com uma dinâmica interna própria, à medida das realidades sociais e da consciência dos grupos ou comunidades que a habitam. Se fosse definida uma escala que contextualizasse a intervenção dos museus nessa região, poder-se-ia então avaliar o seu desempenho e o lugar ocupado (ou a ocupar) por cada um. À luz de um tal processo, os museus e entidades paramuseais poderiam evoluir para um sistema de parcerias e de relacionamento em rede, abrangendo campos temáticos, organização e estruturas funcionais e territoriais e modelos de gestão. Como seria interessante analisar, esse quadro não se tem aplicado à situação vivida no distrito de Setúbal, nem mesmo no conjunto ou em parte dos concelhos ribeirinhos a sul do Tejo, em que se conta o do Seixal.

Apesar do que referimos, a experiência patrimonial e museológica do Seixal contribuiu de forma marcante não só para a conservação e a apropriação social de traços e de testemunhos que identificam culturalmente o concelho, como também para a compreensão e a emergência duma herança comum às comunidades de um espaço territorial mais alargado, de âmbito regional, quer por via do conhecimento disciplinar e científico, quer através dos contributos para o processo de renovação da memória colectiva.

O Ecomuseu Municipal do Seixal tem contribuído para o conhecimento e a comunicação centrada na ocupação de um território, entendido historicamente, interpretando as relações do homem com o meio, para além das fronteiras do seu território administrativo. Da conservação e da valorização duma parte dos seus objectos de estudo, servindo em primeiro lugar para conferir identidade àquele território e à(s) respectiva(s) comunidade(s), advieram outras necessidades culturais, no plano social e individual, através

das quais se desenvolveu o património e se suscitou uma visão mais sustentada da(s) entidade(s) de âmbito regional.

Ao nível da museologia e no quadro das experiências do Seixal, sublinhamos a importância da investigação, interdisciplinar e transdisciplinar, incidente no território e na(s) região/regiões, para o conhecimento dos seus problemas e a necessidade da sua aplicação à interpretação do património, por via de programações adequadas à respectiva valorização. Sublinhamos, em particular, o contributo que a História, a Arqueologia e a Antropologia têm dado para a construção de identidades culturais, entendidas como produtos das capacidades individuais/de grupos para permanecer(em) consciente(s) da continuidade da sua vida, através de mudanças, crises e rupturas.

Para que o património se revele efectivamente um recurso endógeno de desenvolvimento de um território ou de uma região, é indispensável, no quadro de uma política patrimonial coerente, uma política de comunicação, a que associamos, pela nossa experiência, uma linha de acção cultural e pedagógica de índole museológica.

A extensão e o alargamento da noção de património, material e imaterial, assim como a multiplicação de processos de patrimonialização¹ verificados nas últimas décadas, tanto no plano temático e disciplinar, como nas dimensões espacial, geográfica e temporal, relacionam-se directamente com a expansão museológica e com a evolução do papel dos museus na sociedade contemporânea. A par de tais mudanças, evoluíram as noções de objecto e de espaço museológico, cada vez mais ligadas às noções de meio social, de meio ou envolvente natural e de paisagem. Naturalmente, todos estes fenómenos se repercutem quer nas políticas de investigação e de incorporação dos museus, no seu âmbito funcional e na sua programação, quer na comunicação com os públicos e, de forma abrangente, nas políticas culturais das tutelas que os superintendem. Essas políticas, por sua vez, adquirem um significado crescente e marcante, na perspectiva do desenvolvimento sustentado a que aspiram as comunidades.

¹ Entendemos por patrimonialização o processo de reconhecimento e de apropriação de bens culturais por uma comunidade, cuja relação com esses bens, de carácter cognitivo e de carácter afectivo, desenvolve a necessidade de criação e/ou de aplicação de recursos e de meios específicos de gestão — registo, documentação, conservação, interpretação, difusão e valorização ou reutilização.

Caracterização geral do território do Ecomuseu do Seixal

Sendo indiscutíveis a importância e a força atractiva do rio e do estuário do Tejo, do ponto de vista da história regional e local, é também evidente que a sua localização geográfica, face ao oceano e em relação com Lisboa, por um lado, assim como as suas características morfológicas e os seus recursos naturais, por outro lado, constituíram o contexto definidor das suas especificidades.

Não podemos perder de vista a excepcional articulação — de recursos e de meios — entre espaços ribeirinhos directamente marcados pelas actividades fluvio-marítimas e as outrora vastas áreas interiores de matas e pinhais, ligadas pelas importantíssimas quintas e áreas agrícolas, que durante séculos foram rentabilizadas através da exploração da vinha e dos pomares, entre outras produções.

Terá ocorrido uma lenta e progressiva afirmação das localidades e povoações mais próximas e acessíveis, por via fluvial, relativamente a Lisboa, a par da articulação de outras com o centro administrativo constituído em Almada. Os factores associados à proximidade com Lisboa, por via fluvial — nomeadamente o facto de as marés não condicionarem da mesma forma a utilização de embarcações a partir do Seixal, como acontece noutras localidades do rio Judeu/baía do Seixal, assim como do rio Coina — terão contribuído significativamente para o reforço da importância do lugar, posteriormente vila e depois sede de concelho. Num dado contexto histórico teve ainda relevância a localização do Seixal face ao Mar da Palha, na confluência entre vias internas de navegação/de ligação no estuário do Tejo — incluindo o Coina. Do ponto de vista da história marítima portuguesa, não se pode ignorar a importância estratégica do “triângulo” Ribeira (Nova/das Naus, em Lisboa)-Azinheira-Telha (Ribeira Velha, em Coina).

Na organização do termo de Almada, onde se inscreveram, nomeadamente, Amora, Arrentela, Seixal e Paio Pires, foram muito importantes as ordens religiosas, detentoras de importantes propriedades, onde se conciliariam os espaços agrícolas e de rendimento, com os espaços de retiro e de lazer. Nos séculos XV a XIX, várias ordens religiosas e conventos — carmelitas, trinitários, paulistas, jerónimos, entre outros — concentraram importantes propriedades, integrando meios de produção essenciais, na economia da época (nomeadamente moinhos de maré e lagares).

O incremento económico, acompanhado de um correspondente crescimento demográfico, proporcionou uma crescente afirmação social, religiosa e, de certa forma, também administrativa, dos núcleos ribeirinhos

de Arrentela, do Seixal e de Amora, no termo de Almada, ao longo dos séculos XVII e XVIII. A unidade do território foi proporcionada pela diversidade dos seus recursos: as matas e seus produtos, os lugares de embarcadouros e as praias acessíveis e apropriadas às actividades da construção naval, as lenhas, os barcos que as transportavam até aos fornos de Lisboa, as artes de pesca, as técnicas de navegação à vela, o rio por onde se recebiam os trigos de *riba-Tejo*, as marés e os moinhos onde se farinavam, os pomares, as vinhas e os olivais, a excelência dos ares e das águas, a excepcional ligação fluvial entre lugares da mesma margem, a permanente acessibilidade, por rio, entre as duas margens, nomeadamente entre o Seixal e Lisboa.

O período dos Descobrimentos e das grandes viagens marítimas marcou profundamente o desenvolvimento e a identidade destas terras, em função do papel que desempenharam como suporte material e logístico ao crescimento demográfico de Lisboa e aos próprios empreendimentos náuticos e marítimos.

O papel do Tejo, enquanto meio de ligação do interior com o litoral e o da *Outra Banda*, como região de prolongamento e efectivação das trocas comerciais destinadas à capital tiveram também uma importância estruturante na dinâmica da industrialização a partir do século XIX.

Para se entender o contexto histórico em que decorreu a criação do concelho do Seixal, deve tomar-se em consideração a sucessão de acontecimentos que envolveram a extinção das ordens religiosas (decreto de 30 de Maio de 1834, que extinguiu em Portugal todas as ordens religiosas masculinas e nacionalizou os respectivos bens). As arrematações dos bens nacionais em hasta pública iniciaram-se no 1.º de Julho de 1835, tendo sido marcante a Carta de lei de 15 de Abril de 1835, entre uma série de diplomas com idêntico fim. Entre cerca de duas dezenas dos maiores compradores (em valor de arrematação), pelo menos um, Domingos José de Almeida Lima, está conotado com o concelho do Seixal. A configuração assumida administrativamente na primeira metade do século XIX, quando da criação do concelho do Seixal — 6 de Novembro de 1836 — prevaleceu após algumas vicissitudes políticas e económicas conjunturais que ditaram a abolição do concelho, entre 1895 e 1898.

Embora conciliando, por algum tempo, as actividades transformadoras, a cabotagem e a agricultura, foi a indústria que acabou por marcar progressivamente a identidade do concelho do Seixal no século XX. A implantação de importantes fábricas e o desenvolvimento industrial do concelho tornam-no pólo de atracção migratória e de crescente fixação de mão-de-obra, de proveniências diversificadas, frequentemente motivadas pela própria especificidade das indústrias — como nos casos dos lanifícios na

Arrentela, da construção naval em Amora e no Seixal, dos vidros em Amora; das conservas no Seixal e em Arrentela, da cortiça no Seixal e em Amora, da Siderurgia em Paio Pires.

Alterações estruturais e um largo ciclo de mudança, que se saldou numa progressiva desindustrialização duma frente ribeirinha até aí dependente das ligações fluviais — quer interiores ao estuário e margem sul, quer directas ao porto de Lisboa — e da via ferroviária com o sul e o interior, conduziram, por outro lado, a uma nova dinâmica de industrialização, que avassalaria em poucas décadas espaços até então preservados, de quintas e de pinhais. Na Península de Setúbal, o Seixal deteve, em diferentes momentos, um lugar específico no desenvolvimento industrial, designadamente pelos casos da corticeira Mundet e da Siderurgia Nacional. Esta última teve um papel de grande importância no processo da industrialização moderna em Portugal, decidido nos anos 50 do século XX e de que foi palco privilegiado a Península de Setúbal. É nesse contexto, aliás, que se dá a construção da principal infraestrutura de transportes dos anos 60: a ponte sobre o Tejo, inaugurada a 1966. Apoiando o desenvolvimento industrial da margem sul, viria também provocar um processo de suburbanização a partir do Norte, tendência dominante e muito custosamente contrariada pelas políticas de desenvolvimento postas no terreno pelo poder local democrático, após 1974, que também se defrontaram, na primeira metade dos anos 80, com o colapso do modelo industrial preconizado para a península de Setúbal.

O acentuado crescimento demográfico das últimas décadas e um desenvolvimento local baseado num forte surto de urbanização e na concentração de populações resultantes de migração das mais variadas proveniências originaram processos de aculturação e de reconstrução de identidades. Da revolução do 25 de Abril e de um consolidado exercício do poder local democrático resultou um significativo desenvolvimento local, económico, demográfico, social e cultural, a que se associaram, porém, resultados preocupantes ao nível da paisagem e do ambiente, cuja degradação se reflectiu nos quotidianos das populações, impondo medidas de reequilíbrio do seu meio envolvente.

Missão e principais linhas programáticas do Ecomuseu

Com a eclosão de projectos sócio-culturais após o 25 de Abril, desenvolveu-se, um pouco por todo o país, o movimento de defesa de património, a que se seguiu e, nalguns casos, a que se ligou, o processo de criação de novos museus locais, sobretudo devido à iniciativa autárquica.

No caso do Seixal, a criação de um museu local tornou-se possível a partir de uma vontade política e de um processo assumido por essa mesma orientação política, no plano sócio-cultural. Esse processo seguiu direcções e áreas de intervenção múltiplas, mas a sua particularidade original terá consistido na valorização da vertente patrimonial identitária, na perspectiva do território, em que a história tomou um lugar importante.

Em 1978 realizou-se a 1.^a Semana Cultural do Concelho, promovida pela Câmara Municipal. No ano seguinte, 1979, esboçou-se a primeira iniciativa museológica do município, com o início de um levantamento histórico-cultural que constituiu a génese do Museu Municipal, criado por deliberação camarária em Maio de 1982, mais tarde denominado Ecomuseu, na sequência do contacto e encontro com o movimento da nova museologia e com as ideias de cariz renovador e experimentalista da ecomuseologia.

Assim como a própria política cultural do Município, a criação do Museu Municipal, para além do empenho e papel desempenhado pela reduzida equipa técnica inicialmente constituída, especialmente do papel assumido por António Nabais, foi profundamente influenciada pela personalidade e pela intervenção política de Eufrásio Filipe G. José, que desempenhou as funções de Presidente da Câmara.

A Câmara Municipal assumia um trabalho destinado a satisfazer necessidades essenciais à qualidade de vida da população do concelho, mas associando a essas necessidades, a acção cultural e desportiva, a recuperação do património e a intervenção museológica, fazendo a correspondência entre o Ecomuseu Municipal e o esforço colectivo pela defesa do nosso património histórico-cultural e natural.

Sob a dependência da tutela municipal e tendo sido criado numa convergência de objectivos que tinha subjacente uma filosofia de intervenção sócio-cultural e política num território definido pelas fronteiras administrativas do município, o Ecomuseu estendeu o seu campo temático e as suas atribuições funcionais, passando a ocupar um lugar e a desempenhar um papel específicos no território de referência.

Ao longo de perto de duas décadas, as disciplinas que mais se destacaram nas actividades do Ecomuseu (História, Arqueologia e Antropologia), proporcionaram, por um lado, um conhecimento evolutivo do seu território de referência e deram lugar, por outro lado, a um processo de constituição de acervo e de organização de recursos em que emergem três campos temáticos essenciais, intimamente conectados com a identificação e a caracterização do mesmo território. A tais campos temáticos correspondem o património histórico e arqueológico, o património técnico e industrial e o património náutico e flúvio-marítimo.

O Ecomuseu tem a missão de investigar, conservar, interpretar e difundir, sempre que possível *in situ*, testemunhos representativos da ocupação humana e da natureza, reportados ao território e à envolvente social em que se insere, contribuindo para a construção e para a transmissão das memórias colectivas e para o reforço das identidades locais. Através do trabalho museal, nas suas diversas vertentes, tem a missão de estimular e ser instrumento do desenvolvimento sustentado da região.

O acervo do Ecomuseu integra importantes colecções móveis e fundos documentais, património imóvel, sítios arqueológicos e embarcações tradicionais a navegarem no rio Tejo. O acervo móvel, incluindo colecções arqueológicas, provêm maioritariamente do território concelhio, sendo-lhe porém atribuíveis níveis de maior representatividade e significado mais abrangente, para o que contribuem as vertentes de investigação e de preservação do trabalho museológico de que aquele tem sido objecto, nalgumas situações em associação com os respectivos contextos. São disso exemplo e merecem particular destaque, sobretudo na perspectiva da sua valorização e divulgação ao público:

- as colecções, em estudo, provenientes da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol;
- as colecções industriais, em fase de estudo e incorporação, nomeadamente as que são provenientes da antiga fábrica corticeira *Mundet*;
- as colecções etnográficas e de cultura flúvio-marítima provenientes de estaleiros navais tradicionais do estuário do Tejo ou que lhe estão associadas;
- as colecções documentais e fotográficas (incluindo imprensa local; espólios de instituições e de personalidades de que emergem simultaneamente a projecção nacional e a ligação à história local; registos de actividades tradicionais e industriais);
- a colecção etnográfica sobre etno-cerâmica doada pelo Dr. Eugénio Lapa Carneiro;
- as colecções de azulejaria provenientes de intervenções arqueológicas de emergência e/ou de acções de salvamento em sítios históricos do concelho (séculos XVI a XX).

Para além do património museológico, o Ecomuseu dinamiza um importante património imaterial ou incorpóreo, ao contribuir para a preservação e a transmissão de saber-fazer materializado no trabalho e nas actividades de moagem, de construção naval e de navegação tradicional, decorrentes de

componentes como o moinho de maré conservado em funcionamento, a oficina de construção de modelos de barcos tradicionais do Tejo, dois botes de fragata e um varino reutilizados com fins de educação e de recreio.

A composição do tecido social do território, bem como a diversidade de proveniências e de referências culturais da população também se reflectiriam no trabalho e na intervenção do Ecomuseu. O lugar que o Ecomuseu ocupa relativamente à população materializa-se, por exemplo, na recolha, na incorporação e na conservação de testemunhos, materiais e imateriais, maioritariamente contando com a participação, ou mesmo por iniciativa de pessoas e/ou de entidades locais.

Evoluindo em interacção com a mudança do meio social e territorial, o Ecomuseu ocupa ainda um lugar específico relativamente a outras instituições, no concelho e exteriores, decorrente das atribuições funcionais repartidas pelas áreas da investigação, da documentação, da conservação e da difusão.

Processos de comunicação centrados no acervo e no património

O Ecomuseu desenvolve a sua função difusora e de comunicação sobretudo através de exposições, de programas de extensão cultural e educativa e de edição. Mas a sua acção educativa, de carácter especificamente museológico, visa não só o estabelecimento de relações entre o acervo e o património e os públicos/utilizadores, como também a intervenção no território, através da sensibilização e da transmissão, à população, de conhecimentos e de instrumentos de análise crítica e de acção informada.

A estrutura orgânica do Ecomuseu é a Divisão de Património Histórico e Natural e a sua organização territorial é descentralizada, constituída por núcleos e recursos museológicos — Núcleo Sede, Núcleo do Moinho de Maré de Corroios, Núcleo da Quinta da Trindade, Núcleo Naval de Arrentela, Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, Núcleo da Mundet e Embarcações Tradicionais — e por extensões do Ecomuseu — na Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços e na Quinta de São Pedro. Quatro núcleos e, a partir de 2000, uma das extensões, integram-se na programação de exposições do Ecomuseu.

A função de interpretação/exposição passa ainda por uma fase de reavaliação e de reestruturação, mediante a convergência e partilha de recursos destinados à investigação e estudo/documentação de acervo e de património e à conservação. Com o progressivo reforço da equipa e num quadro de reprogramação museológica, pretende-se constituir e equipar um serviço

específico, capaz de responder aos desafios que a necessidade de reperspectivação da implantação territorial do Ecomuseu vem colocando.

Instalados e com funcionamento estruturado, actualmente são dois os serviços que interagem directamente com os utilizadores e os públicos: o Centro de Documentação e Informação e o Serviço Educativo.

O Serviço Educativo do Ecomuseu desempenha um papel de interface com os públicos e os utilizadores: planifica e assegura a prestação de informações sobre o Ecomuseu em geral e o respectivo programa de iniciativas, incluindo passeios no Tejo nas embarcações tradicionais; procede à marcação de visitas para grupos, aos vários núcleos e extensões; promove a cedência de materiais didácticos e pedagógicos, especialmente concebidos para explorar e utilizar nos vários núcleos e extensões do Ecomuseu; recebe solicitações, analisa, apoia e propõe projectos na área da educação patrimonial, envolvendo os vários núcleos e extensões do Ecomuseu; prepara e acompanha a distribuição/difusão de materiais de divulgação sobre o Ecomuseu, de acordo com solicitações prévias ou com necessidades identificadas pelos técnicos. Para além destas acções, e em interligação com outras áreas funcionais, o Serviço Educativo organiza e promove um pacote anual de iniciativas, de divulgação trimestral, para diferentes tipos de públicos — escolar, juvenil, adulto e outros. Uma percentagem significativa destas actividades é especialmente direccionada para a comunidade educativa.

O Centro de Documentação e Informação é essencial ao desempenho das funções de investigação, de preservação e de difusão do património natural e cultural do concelho e, particularmente, do acervo do Ecomuseu. Através deste serviço, é pesquisada, recolhida e processada a informação, quer de carácter mais especializado, necessária aos utilizadores internos, para a gestão do acervo museológico (móvel e imóvel) do Ecomuseu, quer de carácter diversificado e de apoio aos utilizadores externos à instituição. O CDI desenvolve produtos e recursos de informação constituídos por livros, revistas, jornais, desenhos, cartazes, postais, vídeos, cartografia, dossiers de informação e fotografia, abrangendo várias áreas disciplinares e transdisciplinares ligadas ao património e à museologia, à arqueologia, à história local, à antropologia e à etnologia, aos campos temáticos da cultura flúvio-marítima, do ambiente e recursos naturais e da indústria. Atento às necessidades e às solicitações dos seus utilizadores, presta um apoio directo a todos os que pretendam produzir, aprofundar ou desenvolver projectos, nomeadamente agentes educativos e investigadores, aos quais disponibiliza serviços complementares de reprodução de documentos. Produz a edição mensal de um *Boletim Bibliográfico*, de circulação interna, mas de consulta

acessível aos utilizadores externos. Os seus fundos são actualizados regularmente, quer através do sistema de permutas com mais de uma centena de entidades, quer por aquisições previstas anualmente no plano e orçamento municipal.

Essencial à comunicação estabelecida pelo Ecomuseu é a linha editorial dedicada ao seu acervo e ao património do concelho, com particular destaque para o boletim trimestral *Ecomuseu Informação*, publicado desde Outubro de 1996, com tiragem de 5000 exemplares até 2000 e, a partir de 2001, de 6000 exemplares. Sendo um meio de comunicação muito importante não só para actualização de informação junto dos utilizadores, mas também para contacto e sensibilização de potenciais novos públicos, divulga não só os programas de actividades do Serviço Educativo, as exposições e as edições do Ecomuseu, como aspectos do seu acervo e do património do concelho em geral, procurando atender aos interesses manifestados por utilizadores e por visitantes do Ecomuseu. É distribuído gratuitamente, através dos núcleos museológicos, de outros serviços municipais e por via postal.

Considerações finais

Apoiado pela Câmara Municipal do Seixal, o 1.º Encontro de Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal realizou-se num espaço que, integrado desde 1997 no Ecomuseu, constitui um caso, porventura paradigmático, de patrimonialização por via da aplicação articulada e progressiva das várias funções museológicas, necessárias à sua preservação e valorização, em simultâneo com a sua disponibilização à comunidade/ao público. Este tipo de situação, num quadro de experiências e de processos de comunicação que aqui foram referidos, requer meios adequados à extensão das competências do Ecomuseu e uma equipa técnica, profissionalmente preparada e motivada, face à especificidade do trabalho de museu que tem por base de referência um território e uma população.

Mas os processos de comunicação enunciados e a experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal apontam para uma tendencial abrangência do âmbito de acção das entidades museais de tutela local, tanto na perspectiva da importância e projecção cultural dos seus acervos, como tendo em vista a avaliação do seu impacto junto dos públicos e utilizadores, a cujos interesses tais entidades devem responder, de forma complementar ou partilhadamente.

Será assim pertinente operacionalizar estratégias regionais, em que se coordenem, por exemplo, alguns projectos de investigação, levantamentos e inventários de património, bem como recursos necessários à organização e à constituição de acervos, indispensáveis, num plano de qualificação e de estruturação das políticas culturais, museológicas e de património, à comunicação que torna as populações/as comunidades verdadeiramente detentoras e fruidoras dos patrimónios e dos acervos dos museus.